



## Revista Educação e (Trans)formação Journal Education and (Trans)formation

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

### A ATUAÇÃO DOCENTE NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): UMA EXPERIÊNCIA EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL

**Luciene Marques da Silva**

Escola Municipal Professora Marinete Neves – Palmeira dos Índios/AL

[luciennemarques@hotmail.com](mailto:luciennemarques@hotmail.com)

**Graciele Oliveira Faustino**

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)

[gracipsi@yahoo.com.br](mailto:gracipsi@yahoo.com.br)

**Resumo:** O Atendimento Educacional Especializado (AEE) está atrelado à perspectiva inclusiva da educação, na qual todas as pessoas devem ter direito de acesso à Educação. Dentre os muitos discursos que atravessam a educação inclusiva está o da falta de preparação dos professores para atuarem nessa modalidade de ensino. Esta pesquisa, portanto, teve o objetivo de analisar a atuação dos professores do AEE, a partir de uma experiência docente. A metodologia consistiu em fazer uma pesquisa de inspiração de análise documental, em que foram utilizados documentos legais sobre o Atendimento Educacional Especializado, e também em apresentar um relato de experiência docente no AEE, em uma escola de Palmeira dos Índios/AL. Foi utilizada a noção de experiência, de Jorge Larrosa, como ferramenta conceitual, para pensar a experiência subjetiva de professores do AEE. Foi possível concluir que: 1) A legislação normatiza a atuação do professor do AEE, apontando para que esse educador seja especialista na área; e 2) esse atendimento tem seguido o que preconiza a política nacional, mas compete ao professor a responsabilidade pela sua formação continuada e pelo desenvolvimento de suas atividades, de acordo com as necessidades educacionais especiais que surgem nesse espaço.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado. Inclusão. Atuação docente. Experiência.

### TEACHING PRACTICE IN SPECIALIZED EDUCATIONAL SUPPORT SERVICES: AN EXPERIENCE IN PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL

**Abstract:** The Specialized Educational Support Services is linked to the inclusive perspective of education, in which everyone has the right to access Education. Among the discourses that cross inclusive education, there is a lack of preparation of teachers to work in this type of teaching. This research, therefore, aimed to analyze the performance of Specialized Educational Support Services's teachers, based on a teaching experience. The methodology consisted of conducting an inspirational research in document analysis, in which legal

Revista Educação e (Trans)formação, Garanhuns.

Dossiê temático "Educação Especial", dez. 2020.

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE)

<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/educacaoetransformacao>

documents on Specialized Educational Support Services and also in presenting a report of teaching experience, in a school in Palmeira dos Índios / AL. Jorge Larrosa's notion of experience was used as a conceptual tool to think about the experience teachers. It was possible to conclude that: 1) The legislation regulates the performance of the Specialized Educational Support Services teacher, registering for this educator to be a specialist in the area; and 2) This service has followed the recommended a national policy, but the teacher is responsible for his continuing education and the development of his activities, according to the special educational requirements that arise in this space.

**Key works:** Specialized Educational Support Services. Teaching practice. Inclusion. Experience.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo diz respeito a uma pesquisa sobre o Atendimento Educacional Especializado e a prática docente. Partindo da questão de como se dá a atuação docente no Atendimento Educacional Especializado, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a atuação docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para tanto, tomamos como objetivos específicos: Discutir acerca da atuação docente no AEE; analisar o lugar do professor no Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir de documentos oficiais da legislação educacional brasileira; e apresentar a prática docente em uma sala de recursos multifuncionais de uma escola de Palmeira dos Índios/AL.

Segundo Larrosa, “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (2002, p. 21). Foi considerando a experiência como docente de uma sala de AEE, de uma escola do município de Palmeira dos Índios/AL, que depreendemos a presente pesquisa. Assim sendo, trago um relato de atuação como forma de apresentar e discutir sobre a experiência de ser professora do AEE. A noção de experiência, de Jorge Larrosa, será trazida, então, como ferramenta conceitual nesta pesquisa.

A discussão sobre educação e inclusão é ampla. Quando se fala em educação inclusiva, de imediato, remete-se à inclusão de pessoas com deficiência. Então, mesmo admitido que inclusão engloba questões diversas nos deteremos a considerar a inclusão desse público-alvo do Atendimento Educacional Especializado.

O presente trabalho está dividido em três partes, mais as considerações finais. Inicialmente, falaremos sobre educação inclusiva e sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). No segundo momento, traremos o percurso metodológico da pesquisa, no qual apresentaremos documentos que versam sobre o AEE, e um relato de experiência docente no AEE de uma escola de Palmeira dos Índios. Em seguida, faremos uma breve discussão a partir do material apresentado como *corpus* da pesquisa e, por fim, as considerações finais.

## **2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ASPECTOS TEÓRICOS**

A educação brasileira<sup>1</sup> tem a missão de prestar um serviço de qualidade contribuindo para a formação profissional dos discentes, além de formar de maneira crítica e consciente sobre os direitos e deveres, para que todos possam desempenhar de forma satisfatória seu papel de cidadãos na sociedade, num espaço capaz de proporcionar o debate democrático, participativo e integrador.

As pessoas com deficiências por muito tempo ficaram fora do sistema regular de ensino, sendo assistidas geralmente por instituições filantrópicas, que aos poucos constituíram espaços educacionais especiais. A partir da década de 1990 vemos mobilizações, de âmbito mundial, ganharem forças no que diz respeito às lutas por uma educação para todos. Assim sendo, temos a organização e constituição de uma educação voltada para a perspectiva inclusiva.

Essa perspectiva consiste em contemplar alunos com qualquer tipo de deficiência, transtornos do desenvolvimento e/ou superdotação, produzindo efeitos diversos para todo o conjunto escolar, incluindo o corpo docente, pais de alunos e, principalmente, os alunos inclusivos, ou seja, aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais. Fazemos um destaque aqui para o conceito de educação inclusiva estabelecido no Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (2010):

---

<sup>1</sup> De acordo com Art. 1º da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

A concepção da educação inclusiva compreende o processo educacional como um todo, pressupondo a implementação de uma política estruturante nos sistemas de ensino que altere a organização da escola, de modo a superar os modelos de integração em escolas e classes especiais. A escola deve cumprir sua função social, construindo uma proposta pedagógica capaz de valorizar as diferenças, com a oferta da escolarização nas classes comuns do ensino regular e do atendimento às necessidades específicas dos seus alunos (BRASIL, 2010, p. 6).

Falar sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular remete a questões como as práticas educacionais e os contextos nos quais os alunos estão inseridos. Para Ferreira; Lima e Garcia (2015), a escola ainda é o ambiente mais adequado para a inserção dos alunos com necessidades especiais. Assim:

O ambiente escolar constitui-se um espaço privilegiado para a construção do saber historicamente constituído, ou seja, este lugar é fundamental para o desenvolvimento, como um todo, dos alunos, os quais participam deste contexto e para a pessoa com deficiência não poderia ser diferente. Portanto, a educação inclusiva fomenta o repensar das práticas na escola comum, por meio de ações que atendam as diferenças considerando também os distintos contextos, que este sujeito faz parte (FERREIRA; LIMA; GARCIA, 2015, p. 49- 50).

Ademais disso, a inclusão do aluno com algum tipo de deficiência leva em consideração aspectos legais baseados na Constituição Federal de 1988 (CF/88), que estabelece o direito de todos à educação pública e de qualidade. Essa perspectiva passou a ser norteadada pela Declaração de Salamanca, criada em 1994, na Conferência Mundial sobre Educação Especial.

No Brasil, em 2008 foi instituída a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, fundamentada nos acordos internacionais e na CF/88, com o intuito de garantir o acesso de todos à educação e estabelecer o Atendimento Educacional Especializado. É importante destacar que “a educação especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional” (BRASIL, 2009).

Só destacando que, segundo as diretrizes do AEE, seu público-alvo é constituído por:

Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas; Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; Alunos com

**Revista Educação e (Trans)formação, Garanhuns.  
Dossiê temático “Educação Especial”, dez. 2020.**

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE)

<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/educacaoetransformacao>

altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009, s.p.).

Esses alunos geralmente são identificados a partir do convívio cotidiano em sala de aula ou mesmo já ingressam na escola portando laudo médico, que os identifica como usuários do AEE. Mediante parceria com os pais de alunos e professores de ensino regular, a sala de recursos pode contribuir significativamente com o desenvolvimento cognitivo do educando, integrando-o ao ambiente escolar regular.

O atendimento às necessidades educacionais especiais ocorre de maneira individual ou em grupo, no turno inverso da escolarização, de forma complementar ou suplementar, visando à autonomia e independência, na escola e fora dela.

O ambiente escolar como um todo deve promover o acesso e as condições de qualidade, com estrutura física e recursos pedagógicos adequados às necessidades do educando. Assim sendo, cabe ao professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) “[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas [...]” (BRASIL, 2009, s.p.).

O professor da sala do AEE deve fazer a interlocução com o professor da sala de aula regular, numa relação de troca de experiência, para potencializar o processo de ensino aprendizagem, bem como a inserção do aluno no convívio social. Deparamo-nos, entretanto, com discursos de que os professores não estão preparados para a inclusão, ou para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. É recorrente a ideia de que os professores não recebem uma formação que dê conta de atender a esse público-alvo.

Entendemos que a (não) preparação dos professores para atuarem numa perspectiva inclusiva está para além da sua formação inicial. Desde a implantação da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva é notório o aumento do ingresso de pessoas com deficiência e/ou condições específicas que demandam atendimento especializado nas classes comuns do sistema regular de ensino. Isso, por si só, não garante que esses alunos estejam de fato incluídos, mas podemos falar em processos educacionais de inclusão, que estão atravessando o cotidiano dos espaços escolares e educacionais.

Pensando na figura do professor, buscamos nos documentos que versam sobre o atendimento educacional especializado qual seria o lugar e o que compete a esse profissional, nessa modalidade de ensino.

Lançar um olhar sobre esses documentos tem a ver com considerar discursos sobre o professor e sobre o AEE, bem como as estratégias de governo sobre determinados indivíduos ou grupos. Operamos, portanto, com a noção de discurso de Michel Foucault, na qual os discursos estão atravessados por relações de saber e poder. Não se trata só de fala ou algo dito, mas de práticas diversas que constituem determinados sujeitos.

[...] tudo é prática em Foucault. E tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente, ou seja, enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam. (FISCHER, 2002, p. 200).

Assim sendo, é importante pensar como foi se constituindo o AEE na perspectiva inclusiva da educação e o que perpassa as políticas educacionais ditas inclusivas. Além disso, urge analisar a atuação docente nesses espaços, para poder (re)pensar as práticas pedagógicas, tanto do AEE, quanto da sala regular.

Falar sobre a experiência como docente no AEE envolve muito mais do que somente a atuação na sala de recursos ou o tempo de atuação na educação básica. De acordo com Larrosa “o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos” (2002, p. 24). Então, falar sobre a experiência docente no AEE está mais atrelado àquilo que me toca no trabalho com as necessidades educacionais especiais.

### **3. PERCURSOS METODOLÓGICOS DE UMA PESQUISA SOBRE O AEE**

O interesse por esta pesquisa se deu a partir da atuação como professora em uma sala de AEE de uma escola da rede municipal de Palmeira dos Índios/AL. Os desafios cotidianos do AEE levam a (re)pensar a atuação docente e os processos de inclusão. O trabalho com necessidades educacionais especiais demanda dos professores um olhar diferenciado para saber lidar com tais especificidades.

Esta pesquisa, portanto, é de cunho documental e de relato de experiência. Assim, utilizamos documentos da legislação educacional brasileira, que versam sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Também trazemos o relato de experiência de atuação como professora de uma sala de AEE, de uma escola da cidade de Palmeira dos Índios/AL.

Entendemos que há vários documentos que se articulam na formatação do sistema educacional brasileiro e que estão atrelados à perspectiva da Educação Inclusiva, assim sendo, recorreremos aos documentos que versam diretamente sobre o AEE (ver quadro 1). Não se trata de análise profunda desses documentos, para fins deste trabalho, buscaremos os enunciados que dizem respeito à atuação dos professores nessa política.

Quadro1. Documentos do Atendimento Educacional Especializado

<b>Tipo de documento</b>	<b>Sobre o que versa</b>	<b>O que indica sobre atuação do professor</b>
Resolução nº4 de 2 de outubro de 2009	Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.	Apresenta as atribuições do professor do AEE.
NOTA TÉCNICA – SEESP/GAB/Nº 11/2010	Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.	Reafirma as atribuições do professor do AEE, estabelecidas na resolução 4/2009.
DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.	Institui que o apoio técnico e financeiro promovido pela União deve contemplar a formação continuada de professores.
NOTA TÉCNICA Nº 42 / 2015/ MEC / SECADI/DPEE	Orientação aos Sistemas de Ensino quanto à destinação dos materiais e equipamentos disponibilizados por meio do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.	Ao professor do AEE cabe complementar a formação do estudante com conhecimentos e recursos específicos que eliminem as barreiras as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular. (MEC, 2010).
Documento orientador – Programa	Objetiva informar os sistemas de ensino sobre as ações do Programa, instituído pelo Ministério da	O professor do AEE tem como função realizar esse atendimento de forma



implantação de Salas de Recursos Multifuncionais <sup>2</sup>	Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI, para apoiar a organização e oferta do atendimento educacional especializado – AEE aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados no ensino regular.	complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial.
---	---	--

Fonte: Autoria própria

### 3.1. A experiência como docente do AEE<sup>3</sup>

A experiência docente aqui relatada é referente ao trabalho realizado em uma Sala de Recursos Multifuncionais, em uma escola da rede municipal de ensino de Palmeira dos Índios/AL, que funciona com a oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental e trabalha ainda com a modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), nos períodos matutino, vespertino e noturno e que possui uma Sala de Recursos Multifuncionais, na qual tenho atuado.

Possuo Graduação em Pedagogia e Pós-graduação em Psicopedagogia. Atuo há 35 anos na Educação Básica. Desde o ano de 2017 que trabalho na referida Sala de Atendimento Educacional Especializado. A partir desse início de atuação surgiu a necessidade de buscar atualizações profissionais específicas na educação especial, para melhorar o serviço prestado junto aos alunos na sala do AEE.

Inicialmente, participei de dois eventos relacionados à educação especial: o Congresso Brasileiro sobre a Síndrome de Down na cidade de Maceió, e o congresso do Autismo do Agreste Meridional: Interligando Experiência e conhecimento. Esse processo de qualificação profissional possibilitou o contato com alguns pesquisadores como Berenice Rojas Couto, coautora da Lei sobre a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e uma palestra com Nicolas Brito, que é um jovem autista, escritor e palestrante.

<sup>2</sup> A esse documento segue também um Manual orientador do Programa implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.

<sup>3</sup> Neste momento do texto usaremos o verbo na primeira pessoa do singular, para apresentar o relato de experiência.



Em seguida participei de um minicurso sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na cidade Estrela de Alagoa/AL. Posteriormente pude aprender um pouco mais em um curso mais avançado, dessa vez, realizado por uma ONG que trabalha com crianças com deficiências, na cidade de Palmeira dos Índios. Como formação complementar também fiz um curso EAD cujo tema foi: “Portas Abertas para a Inclusão”, com carga horária de 40 horas e um perfil voltado para o trabalho da inclusão na educação física. Através da UNEAL, participei da palestra “Educação Inclusiva: reflexão sobre a acessibilidade e práticas pedagógicas”. Com isso, surgiu o interesse também em cursar a Especialização em Educação Inclusiva desta instituição.

Os cursos foram bastante proveitosos para conhecer um pouco mais acerca do vasto campo de conhecimento que envolve o trabalho a educação especial. Importante ressaltar também que o aperfeiçoamento profissional é de caráter contínuo para que possamos acompanhar as constantes mudanças no mundo do trabalho e assim prestar um serviço de qualidade.

O destaque que faço a essas formações se deve ao fato de que não há uma promoção de formação continuada que dê subsídios suficientes para a atuação nessa modalidade de ensino. Logo, a busca por conhecimentos na área e aprimoramento se dá de forma muito individual e pessoal.

A atuação nesse espaço se dá em conjunto com auxiliares e só é possível com o diálogo com os professores das classes comuns. Entretanto, nem sempre isso acontece de forma fluida.

O diagnóstico dos alunos do AEE é feito a partir de observações no dia a dia, através da equipe pedagógica da escola que, ao notar alguma dificuldade de aprendizagem, encaminha a criança para uma equipe técnica capaz de emitir um parecer atestando ou não a deficiência no aluno. Em outros casos a própria família entra em contato com a escola, indicando que a criança possui alguma necessidade de atendimento especial.

Uma das formas de falar sobre tal escola é recorrendo ao Projeto Político Pedagógico da mesma. Assim, trago algumas informações a partir desse documento. Inicialmente, destaco que segundo é apontado como objetivo geral da instituição que esta visa, entre outras coisas, “ser uma escola que realiza o ensino com qualidade e eficiência, fortalecimento dos vínculos familiares e convivência comunitária, bem como estimular no o aluno atitudes de cooperação, solidariedade e compromisso ético”.

Sabe-se que o Projeto Político Pedagógico caracteriza-se por ser um documento utilizado no planejamento escolar e que deve ser instituído democraticamente por toda a comunidade, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Esta pesquisa foi realizada em 2019 e o documento mais recente do PPP da referida escola remete ao ano de 2015 e visa retratar o perfil da instituição, apontando como valores: *excelência, eficiência, inovação, respeito, participação e equidade*, e indica que estes permeiam todas as relações com professores, alunos e familiares. Encontramos também que:

[...] preocupada com o compromisso de ser uma escola cujo papel social é a preparação dos alunos para o exercício da cidadania, construção de saberes e vivência de *valores humanos*, fez-se necessário adequar a sua proposta pedagógica às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade dos nossos alunos e da região em que estão inseridos (PPP, 2015, p. 8, grifo nosso).

Sobre a estrutura física, essa escola possui 12 salas de aula, 1 sala de leitura, 7 banheiros, 1 pátio, 1 sala de professores, 1 secretaria e 1 sala de Atendimento Educacional Especializado. Quanto ao conjunto de funcionários, a escola possui 98, entre professores, auxiliares e demais profissionais, que têm a responsabilidade de lidar com um total de 1184 alunos, dos quais 53 são diagnosticados com algum tipo de deficiência ou transtorno. Importante ressaltar que desses 53 alunos, apenas 20 possuem laudo médico, e todos estão sendo acompanhados pela equipe do atendimento educacional especializado.

A Sala de Atendimento Educacional Especializado dessa escola funciona desde o mês de julho de 2017, a partir da iniciativa da Secretaria Municipal de Educação em parceria com a escola que percebeu a necessidade de um trabalho mais específico devido à demanda de alunos com necessidades especiais.

Há uma equipe técnica, que faz parte da rede municipal e é composta por fonoaudiólogos, psicólogos, pediatras, entre outros, para que seja feito um diagnóstico correto. Com base nisso, o educando passa a receber atendimento especializado e/ou encaminhado para tratamento em outras instituições municipais. Em alguns casos a própria família tem certa dificuldade para lidar com o diagnóstico devido à falta de conhecimento ou mesmo dificuldades financeiras, pois grande parte dos alunos é de comunidades pobres e tem dificuldade de ir aos atendimentos indicados.

Importante ressaltar que somente a partir da emissão do laudo, pela equipe técnica, é que a escola tem a segurança para aplicar as atividades adequadas para o melhor

desenvolvimento cognitivo da criança, mas de antemão é de responsabilidade da sala de recursos realizar uma triagem de todo o corpo discente da escola.

Atualmente, a equipe pedagógica da educação especial da escola em questão é composta por três profissionais, sendo uma professora responsável pelo atendimento e duas auxiliares, que trabalham em horários alternados. Uma das auxiliares faz o trabalho de apoio em sala de aula, a uma criança com síndrome de Down. A outra auxiliar pedagógica desenvolve o trabalho do AEE no horário vespertino e no outro turno atua como auxiliar de educação infantil na mesma escola.

O trabalho desenvolvido em equipe é necessário devido à grande demanda de alunos com necessidades educacionais especiais e facilita a organização de todo o processo pedagógico, com triagem e definição de horários para o atendimento. As demandas dessa sala são de alunos com deficiência auditiva, Síndrome de Down, deficiência intelectual, déficit de atenção, retardo mental e Transtorno do Espectro Autista.

De acordo com a demanda é organizado todo o planejamento da rotina ao longo do ano letivo, definindo cada aluno em dois dias, durante a semana. Para realizar as atividades durante uma hora e em horários alternativos ao turno do ensino regular que estejam matriculados. Eventualmente, alguns alunos podem realizar as mesmas atividades, paralelamente, desde que essa atividade seja compatível com seu desenvolvimento físico e intelectual.

Cabe aqui desmistificar alguns conceitos equivocados acerca da sala do AEE, pois nesse espaço pedagógico não se trabalha conteúdo do ensino regular; é o espaço destinado a se adaptar jogos e atividades de acordo com a necessidade particular de cada aluno. Por isso, é importante desenvolver o trabalho em colaboração com o professor do ensino regular de modo a trocar experiência e acompanhar as dificuldades do educando, seu desenvolvimento cognitivo e até mesmo sua relação com os demais alunos.

De modo geral a Sala de Atendimento Educacional Especializado tem a cooperação da direção escolar, coordenação pedagógica e professores do ensino regular, pois o trabalho com educação inclusiva tem o perfil contínuo e interdisciplinar. Além disso, é de suma importância a participação da família para potencializar a aprendizagem e inclusão, seja no ambiente escolar ou nos espaços sociais e afetivos do aluno.

#### 4. UMA ANÁLISE SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Os documentos da política nacional educacional de inclusão nos mostra as atribuições exigidas para a atuação docente no Atendimento Educacional Especializado. É interessante apontar que atualmente os demais documentos estão norteados pela resolução do MEC nº 4 de 2009. Assim sendo, destacaremos aqui alguns trechos dessa resolução, que falam sobre o professor e que estão presentes nos demais documentos, como reafirmação do que diz respeito ao professor do AEE.

O artigo 9º da referida resolução diz que compete ao professor do AEE:

A elaboração e a execução do plano de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (BRASIL, 2009, s.p.).

Sobre isso, vemos que as notas técnicas do MEC/SECADI nº 11/2010 e nº 42/2015 reafirmam esse modo de atuação, que envolve articulação com os professores da sala regular, com a família e profissionais da saúde, que assistam aos alunos do AEE. A nota técnica 42/2009 indica também que:

Ao professor da sala de aula comum é atribuído o ensino das áreas do conhecimento e ao professor do AEE cabe complementar a formação do estudante com conhecimentos e recursos específicos que eliminem as barreiras as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2015, s.p.).

Uma vez que o AEE pode ser ofertado em salas de recursos multifuncionais na escolar regular, em centros educacionais de atendimento especializado e em instituições conveniadas ao sistema de ensino e que o aluno deve estar regularmente matriculado no sistema é necessário que esse trabalho seja integrado e intersetorial. Contudo, podemos colocar em questão com quem e se tem se dado essa interlocução.

Vale destacar quais são as atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado, trazidas no artigo 13 da resolução 4/2009 (trazidas também nas notas técnicas supracitadas, no documento orientador e no manual orientador do Programa de Implantação da Sala de Recursos Multifuncionais):

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

As estratégias de atuação desses professores devem ser voltadas para o âmbito das práticas pedagógicas. Entretanto, é comum o destaque dado aos laudos e pareceres para se pensar o que fazer com os alunos do AEE.

A formação de professores para atuação no AEE é um dos objetivos postulados na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva a Educação Inclusiva (2008), mas não há especificação de quais seriam as formações continuadas, o que pode indicar uma busca a partir das demandas que emergem nos espaço educacionais.

O artigo 12 da resolução 4/2009 diz que “para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (BRASIL, 2009, s.p.).

No caso da experiência trazida neste trabalho, temos um percurso pessoal de formação continuada, por parte da professora de AEE, como forma de conhecer melhor a área em que está atuando e aprimorar o seu trabalho. Isso tem sido comum no atual mundo do trabalho, mesmo quando se trata de atuação no serviço público.

As competências das professoras do AEE são construídas e transformadas por diferentes discursos: legais, psicológicos, psicopedagógicos e, de forma mais incipiente, pedagógicos. Tais discursos conformam as práticas desenvolvidas, que são reguladas pelas ideias do que seria a ‘boa prática’ e, inclusive, ‘o bom professor’ para atuar no AEE. (SCHERER; DAL’IGNA, 2015, p. 421).

O exemplo da professora supracitada mostra que cabe a cada profissional a busca por formação continuada que lhes dê competência técnica para esse trabalho, firmando também o quanto essa competência se dá no próprio processo de atuação.

Importante demarcar que esses documentos, que por sua vez norteiam a atuação dos professores, e o relato da professora aqui trazido são atravessados por relações de poder e saber, que seguem um conjunto de normas e regras que foi socialmente e historicamente construído. Essas práticas sobre o AEE só são possíveis devido aos discursos que as constituem.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um grande desafio do Atendimento Educacional Especializado é construir um olhar sobre a atuação dos professores nas salas de recursos, que possibilite (re)pensar os processos educacionais de inclusão, em que as diversas práticas não impliquem uma afirmação de que tais alunos não conseguem seguir as classes comuns e, sim, que digam respeito mais a considerar as diferenças e suas potencialidades.

As diretrizes do AEE instituem as atribuições dos professores, para atuarem nas salas de recursos, e apontam para a necessidade de profissionais que se especializem na área, bem como tenham formação continuada. No entanto, ainda é preciso questionar de que forma esses professores estão sendo lotados nesses espaços e o seria necessário nessas formações.

Outrossim, considerando que a educação especial perpassa todos os níveis educacionais, é importante que os professores das salas regulares também tenham conhecimento sobre o AEE, principalmente, para entenderem que não se trata de reforço escolar.

Assim como preconizado na legislação, é necessário que o trabalho seja realizado em conjunto.

A preocupação com os laudos e pareceres dos alunos e a firmação disso remetem ainda a uma visão clínica e psicológica sobre esses alunos, em que há uma preocupação forte com processos cognitivos e comportamentais desses alunos. O AEE pode ser considerado como um espaço de “normalização”. É preciso, no entanto, que seja pedagógico e não, clínico, e que possibilite reconfigurações das práticas voltadas ao que for considerado como necessidade educacional especial.

Há muitas discussões sobre educação inclusiva, ainda assim esperamos com esta pesquisa disparar outras discussões sobre a atuação dos professores do AEE e poder promover reflexão sobre as possibilidades diversas de experiências subjetivas que atravessam as práticas desses docentes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira).

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. MEC/SEESP: Brasília, DF, 2008. Disponível em: <[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)> Acesso em: 28 de out. 2019.

\_\_\_\_\_. NOTA TÉCNICA – SEESP/GAB/Nº 11/2010 de 7 de maio de 2010. Dispõe sobre Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília/DF: MEC/SEESP, 2010.

\_\_\_\_\_. NOTA TÉCNICA Nº 42 / 2015/ MEC / SECADI /DPEE de 16 de junho de 2015. Dispõe sobre a Orientação aos Sistemas de Ensino quanto à destinação dos materiais e equipamentos disponibilizados por meio do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília/DF: MEC/SECADI. 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação especializada na educação básica modalidade educação especial. Brasília/DF: out.2009.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

\_\_\_\_\_. Documento orientador – Programa de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília/DF: MEC/SECADI/ DPEE/CGPAE.

FERREIRA, Simone de M.; LIMA, Eloisa B.; GARCIA, Fernanda A. O Serviço de Atendimento Educacional Especializado/AEE e Práticas Pedagógicas na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, Recife, v.1, n.1, p.46 – 61, 2015. CAP UFPE . Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/view/14993/17828>> Acesso em 28 de outubro de 2019.



LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, Apr. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 de out. 2019.

Scherer, R. P.; Dal'Igna, M. C. Professoras do atendimento educacional especializado: intervenção clínica ou pedagógica?. **Acta Scientiarum. Education**, v. 37, n.4, 2015. p. 415-425. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v37i4.24642>>. Acesso em 28 de out. 2019.